SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/04/2015 - Sinttel-ES

# Sinttel-ES participa de debate sobre Terceirização na FDV.

Na noite desta terça-feira (28), como vem acontecendo a alguns meses, a FVD promoveu mais um ciclo de debates. Desta vez colocou em discussão o tema "terceirização e a aprovação do PL 4330 pela Câmara dos Deputados" no dia 22 de abril.

O presidente do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann, esteve presente juntamente com o presidente do Sinergia-ES e diretor da CUT, Edson Wilson. Também estiveram presentes os juizes/as desembargadores/as professores/as da FDV, Carlos Henrique Bezerra Leite, Marcello Maciel Mancilha, Ana Paula Tauceda Branco, Roberto José Ferreira de Almada; advogados/as Naiara Campos, Amauri Lirio, dentre outros; um representante do Sebrae-ES e estudantes da faculdade. A mediação ficou por conta da professora Jeane Martins.

O professor Carlos Henrique Bezerra Leite abriu as provocações, destacando os problemas que o Projeto de Lei (PL) 4330 vai causar a toda a sociedade se for aprovado pelo Senado com a configuração com que foi aprovado na Câmara dos Deputados fazendo algumas perguntas aos participantes. Quem tem vantagem com a terceirização? Como fica os trabalhadores terceirizados?

Será que a terceirização aumenta a produção o econômica? A terceirização na atividade-fim é permitida pela constituição?

E foi com essa preocupação e estarrecimento do que foi aprovado pela Câmara que as falas se seguiram, em virtude do que estabelece o PL 4330 que fere de morte a Constituição Federal e a CLT. Antes mesmo de ser aprovado, procuradores e magistrados da Justiça do Trabalho e ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) declaram-se publicamente contrários ao PL, que sob o pretexto de regulamentar a terceirização no país, acaba por precarizar direitos trabalhistas.

O presidente do Sinttel-ES, Nilson Hoffmann também criticou o projeto de lei, fazendo um retrospecto de mais de 30 anos de terceirização no setor de telefonia, o que resultou em graves consequências para os trabalhadores, como a redução drástica de salários, aumento da jornada, redução de direitos que haviam sido conquistas para os trabalhadores diretos e que as empreteiras nunca quiseram contemplar, e a sensível degradação das condições de saúde e de trabalho. Por outro, disse Nilson, o serviço prestado ao consumidor também priorou. E o discurso de economia e custos das operadoras de telefonia na maioria das vezes foi frustado, diante da responsbilidade subsidiária, tendo que assumir duplamente os prejuízos, quando condenada pela Justiça do Trabalho a ressarcir verbas trabalhistas não pagas por suas contratadas.

Nilson também alertou para o problema da pejotização dos trabalhadores, um das consequências mais danosas do projeto, pois vai mudar completamente as relações de trabalho.

A advogada Naiara Campos colocou sua preocupações com a mudança nas regras da terceirização, revelando uma pesquisa feita com os trabalhadores na Petrobrás, antes mesmo da Operação Lava Jato da Polícia Federal que apura corrupção na empresa. Segundo Naiara, a empresa tem 80% do seu quadro de funcionários terceirizados e a maioria absoluta dos acidentes de trabalho atingem essa parcela de trabalhadores, que recebem 50% dos salários e trabalha 35% a mais que os empregados diretos da petroleira. Os dados da pesquisa mostram que todos os setores da empresa sofrem com a terceirização, pois ninguém (trabalhadores, consumidores e gestores) está satisfeito com os resultados desse modelo de contratação. A advogada frizou também que é esse modelo de contratação de empreiteiras que favorece a corrupção na empresa.

A desembargadora do TRT e professora Ana Paula, também contrária à terceirização, colocou suas preocupações quanto aos problemas enfrentados hoje pelo setor e previu uma grande piora nas relações de trabalho, depois que o projeto entrar em vigor. Ela lamentou a falta de envolvimento da sociedade nas discussões desse PL, que afeta toda a classe trabalhadora e serão devastadores para o mundo do trabalho. Ela lamentou que representantes de empresários capixabas, convidados para o debate, não foram defender suas propostas.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/03/2015 - Teletime

# Teles descumprem metas de qualidade e Anatel impõe novas obrigações

Passados quase três anos da proibição de venda de chips pelas operadoras, a Anatel concluiu que nenhuma delas cumpriu as metas de qualidade impostas. Por essa razão, estabeleceu prazos para que as operadoras Claro, CTBC, Nextel, Oi, Sercomtel, TIM e Vivo atuem para que os resultados dos indicadores de acesso às redes de voz e de dados sejam superiores a 85% e os dos indicadores de queda de voz e de dados sejam inferiores a 5%.

Os despachos, publicados nesta quarta-feira, 29, dão prazo de até seis meses para que as metas sejam atingidas nos municípios atendidos exclusivamente por uma operadora (atualmente 329 municípios); de até nove meses, para os municípios atendidos por duas operadoras (atualmente 247 municípios); e de até 15 meses, para os demais municípios (atualmente 1.132 municípios).

As obrigações se aplicam àqueles municípios em que pelo menos um indicador esteja em desconformidade com estes parâmetros. As operadoras também deverão apresentar, no prazo de 60 dias, plano para envio de SMS aos usuários para informá-los sobre o ranking de qualidade de rede disponibilizado pela agência desde 2013 para todos os 5.570 municípios na página www.anatel.gov.br e no aplicativo "Anatel Serviço Móvel" para iOS, Android e Windows Phone.

No aplicativo os usuários podem obter informações sobre a quantidade, geolocalização e tecnologia (2G, 3G e 4G) das estações radiobase (antenas). Os dados são obtidos e consolidados pelas equipes de fiscalização da agência, que os coletam de todas as estações de todos os municípios brasileiros.

## Avaliações

As novas determinações resultam da avaliação dos resultados dos Planos de Melhorias aprovados pela Anatel em 2012, com duração de dois anos. Nestes planos foram acompanhados os indicadores de qualidade de rede nas 27 Unidades da Federação, suas capitais e nos municípios com mais de 300.000 habitantes, além das reclamações dos consumidores e investimentos na expansão da rede.

Em relação à avaliação dos indicadores de qualidade – acesso e queda das redes de voz e dados – o cumprimento foi de 93,1% pela Claro; 86,1% pela TIM; 83,5% pela Vivo; 78,1% pela Oi; 69,4% pela CTBC e 37,5% pela Sercomtel.

A agência prossegue acompanhando esses indicadores. As medições realizadas pela Anatel em fevereiro de 2015 mostram que a Claro cumpriu 93,7%; a TIM cumpriu 90,1%; a Oi 86,1%; a Vivo 83,8%; a CTBC 63,9% e a Sercomtel 50,0%.

Em relação ao número total de reclamações registradas na Anatel, houve uma redução de 9%. As reclamações relativas às redes registraram decréscimo de 25%.

A Anatel afirma que, de 2012 a 2014, as empresas reportaram a realização de investimentos de R$ 33 bilhões nas redes móveis, especialmente em infraestrutura de acesso, núcleo e transporte.

A agência concluiu que houve cumprimento parcial dos compromissos assumidos nos planos de melhoria e determinou a instauração de Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados), que podem resultar em penalidades para as prestadoras.

A suspensão da venda de chips ocorreu por 11 dias em julho de 2012 em função da baixa qualidade dos serviços. Pela decisão da agência, a Claro foi punida em três estados, a Oi em cinco e a TIM, em 19.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/04/2015 - Vermelho

# Comissão mista aprova MP com novas regras para o seguro-desemprego

Por 12 a 7, comissão mista aprovou na tarde desta quarta-feira (29) o relatório do senador Paulo Rocha (PT-PA) para a Medida Provisória 665/14, que altera as regras para concessão de seguro-desemprego, com a retirada das regras anteriormente previstas especificamente para os trabalhadores rurais assalariados, em virtude da falta de acordo em torno do tema.

A MP 665/14 altera as regras para concessão de seguro-desemprego. De acordo com o texto, desde março, o trabalhador demitido tem de comprovar 18 meses de carteira assinada – computados nos últimos dois anos – para receber o benefício. Antes eram exigidos apenas seis meses. Mas no relatório aprovado esse prazo cai para 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão. Na segunda solicitação, a carência prevista no relatório cai para 9 meses e somente a partir da terceira é que a carência volta para seis meses.

A MP altera ainda as regras do abono salarial de contribuintes do PIS/Pasep, que só será pago aos trabalhadores que comprovarem vinculo formal de no mínimo 90 dias no ano anterior ao do pagamento. O relator esclareceu que a regra seguirá a mesma linha de pagamento do 13º salario. Por exemplo, quem trabalhou um mês ou cinco meses receberá respectivamente 1/12 ou 5/12 do abono.

A proposta também proíbe o acúmulo de benefícios assistenciais ou previdenciários com o seguro defeso. Equivalente a um salário mínimo, o seguro defeso é pago aos pescadores que precisam deixar de exercer sua atividade em certos períodos do ano em favor da reprodução de peixes.

A comprovação do tempo de exercício da atividade para a obtenção desse benefício subiu de um para três anos e será necessário contribuir para a Previdência Social por pelo menos um ano.

Obstrução

Os deputados de oposição tentaram obstruir a reunião para evitar a aprovação do texto proposto pelo relator, mas, como não conseguiram seu intento, agora apostam nas votações nos plenários da Câmara e do Senado para tentar derrubar a MP.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/04/2015 - Vermelho

# Copom eleva taxa de juros de 12,75% para 13,25% ao ano

Por unanimidade , o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu elevar, nesta quarta-feira (29), a taxa básica de juros de 12,75% para 13,25% ao ano, uma nova alta de 0,50 ponto percentual. Foi o quinto aumento consecutivo da taxa Selic, que segue no maior patamar desde o início de 2009, quando estava em 13,75% ao ano. O órgão manteve o ritmo do aperto monetário. Na reunião anterior, no início de março, a taxa também tinha sido reajustada em 0,50 ponto percentual.

Copom eleva taxa de juros de 12,75% para 13,25% ao anoCopom eleva taxa de juros de 12,75% para 13,25% ao ano O Banco Central explicou, em nota, que o aumento foi necessário conforme as condições atuais da economia. "Avaliando o cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, para 13,25% ao ano, sem viés".

Para o vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, deputado federal Chico Lopes (PCdoB-CE), a decisão é "mais um retrocesso" na luta da sociedade por juros mais baixos e por melhores condições para geração de emprego, renda e desenvolvimento.

"Lamentamos mais essa elevação da taxa de juros, novamente essa medida ineficaz e conservadora da equipe econômica, porque a luta da sociedade brasileira, de quem quer mais avanço, desenvolvimento, emprego e renda, é por juros mais baixos, por incentivo à produção e não à especulação financeira, que é o que acontece quando os juros sobem", afirma Chico Lopes.

Para a economia crescer, aponta o deputado, "é preciso mais investimentos em infraestrutura para gerar emprego, valorizar as empresas brasileiras, com juros mais baixos", ressaltou.

29/04/2015 - Portal Vermelho

# Berzoini: Banda Larga será oferecida a 95% da população até 2018

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (29), o ministro Ricardo Berzoini disse que sua equipe está finalizando a estratégia que vai garantir, até 2018, internet de banda larga para 95% da população brasileira. Segundo ele, o desafio será garantir a conexão em velocidade média de 25 megabites.

Berzoini diz que banda larga será oferecida a 95% da população até 2018Berzoini diz que banda larga será oferecida a 95% da população até 2018

Berzoini explicou que atualmente todas as escolas urbanas contam com internet, mas a velocidade baixa acaba limitando o uso do serviço à area administrativa das escolas. "Para o processo pedagógico, a internet ainda tem pouco utilidade. Uma banda larga para uma escola que possa dar conteúdo digital para o aperfeiçoamento do processo educacional precisa de algo em torno de 50 a 100 megabites para ter funcionalidade", explicou.

O ministro brincou com os parlamentares : disse que comanda o ministério "mais importante do país". E explicou que as tecnologias de comunicação são do interesse de todo cidadão e influenciam áreas como as de saúde, educação e transporte. "O Brasil é o quinto maior mercado do mundo e o que mais se desenvolve como produtor e consumidor da tecnologia [de informação]", disse.

Ao descrever as tarefas conduzidas pelas secretarias da pasta, o ministro falou sobre os investimentos para ampliação dos serviços 3G e 4G de telefonia celular. Segundo ele, as duas tecnologias mantêm crescimento "vertiginoso" e, por isso, as empresas ainda têm metas a cumprir. "Temos queixas constantes quanto ao serviço. A Anatel tem o trabalho [de fiscalizar e de aplicar] as multas. Temos buscado formas de fazer com que essas multas alavanquem a qualidade do serviço", afirmou.

### Lei das Antenas

Berzoini disse que a Lei das Antenas, em vigor, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Planalto, vai ampliar a qualidade da telefonia no país. A legislação facilita o processo de autorização para instalação de antenas nas cidades brasileiras. "Um dos principais motivos para a dificuldade de cobertura de celular com qualidade decorre da demora de licença que municípios concediam. Agora, além da Lei das Antenas, temos ainda a desoneração de pequenas antenas para cobertura em áreas de sombra", afirmou.

No balanço sobre a pasta, o ministro destacou o processo de digitalização de TV. Ele afirmou que o Ministério está acompanhando os investimentos para a preparação das retransmissoras de sinais. "Muitas retransmissoras de tevê, por exemplo, pertencem a prefeituras que não têm recursos para fazer o processo de digitalização", explicou.

Sobre as emissoras de rádio, Berzoini explicou que o processo de migração da frequência AM para FM foi interrompido em razão de dúvidas apresentadas pelo do Tribunal de Contas da União: a corte questionou o preço de outorgas. Segundo ele, diálogos entre governo e o TCU já estão avançados para retomada do processo migratório. "Muitas emissoras se cadastraram na busca por melhor qualidade de som e também de maior audiência", afirmou.

O ministério das Comunicações é responsável pela atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Telecomunicações Brasileiras (Telebras).

29/04/2015 - Portal Vermelho

# Mídia esconde, mas Costa diz que R$ 10 milhões para PSDB foi propina

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa disse em depoimento à Justiça Federal em Curitiba, nesta terça-feira (28), que parte da propina recebida na sua diretoria foi repassada para integrantes do PSDB, PMDB e PP, além do PT.

O depoimento não trouxe novidades perante o que já foi dito por Costa em outras ocasiões. Apesar da mídia golpista e da oposição tucana insistir na tese de criminalizar o PT nas investigações, ao juiz federal Sérgio Moro, o ex-diretor reafirmou que foi indicado para ocupar o cargo pelo PP em troca do compromisso de arrecadar para o partido 1% dos contratos das empresas que faziam parte do cartel, criado para combinar quais seriam as vencedoras das licitações.

De acordo com Costa, o valor foi negociado pelos políticos do PP que participavam do esquema. Ele afirmou que seus "padrinhos" na indicação foram os ex-deputados José Janene, que morreu em 2010, e Pedro Corrêa, preso na 12ª fase da Lava Jato, deflagrada este mês.

Segundo Costa, inicialmente, a propina recebida na diretoria de Abastecimento eram direcionadas ao PP.

No entanto, em 2007, ele teve problemas de saúde e precisou do apoio de outros partidos para manter-se no cargo.

"Houve direcionamento pontual para o PSDB, PT e PMDB. Eu fiquei muito doente no final de 2006, numa situação quase precária de saúde. Nesse período, eu fiquei uns quatro meses afastado e houve uma briga política muito grande para colocar uma outra pessoa no meu lugar. Nesse processo, o PP teve de abrir mão de ser o único partido que dava apoio à diretoria de Abastecimento. A partir desse momento, o PMDB começou a dar esse apoio também. Então, houve um compartilhamento de apoio, a partir do início de 2007", declarou.

A mídia esconde, mas não é a primeira vez que Costa confirma o envolvimento do PSDB no esquema da Petrobras. Enquanto suas lideranças se camuflam em discursos contra a corrupção e se movimentam na busca de um golpe, Costa diz com todas as letras em depoimento que Sérgio Guerra, ex-presidente do partido, morto em 2014, recebera propina para que não houvesse CPI da Petrobras, em 2009.

No depoimento desta terça (28), Costa afirma que os R$ 10 milhões recebidos por Guerra foram pagos pela empreiteira Queiroz Galvão. O acerto teria sido negociado em um encontro entre Costa e Guerra em um hotel na Barra da Tijuca, no Rio. Na reunião, marcada pelo deputado federal Eduardo da Fonte (PP-PE), Guerra teria determinado o valor da propina que gostaria de receber para impedir as investigações no Congresso.

"Fui procurado em 2009 ou 2010 pelo senador Sérgio Guerra, numa reunião no Rio, marcada pelo deputado Eduardo da Fonte. Para minha surpresa, quando cheguei lá, estava o senador. Do encontro resultaram duas ou três reuniões num hotel na Barra da Tijuca. O senador pediu que se repassasse para ele um valor de R$ 10 milhões para que não ocorresse CPI da Petrobras nesse período. Depois da terceira reunião fiz contato com a Queiroz Galvão, que honrou o compromisso. Foi pago R$ 10 milhões para o senador nesse período", afirmou Costa.

## Tudo "doação"

Nos registros de doações no Tribunal Superior Eleitoral constam que o diretório nacional do PSDB recebeu mais de R$ 6 milhões da construtora Queiroz Galvão em 2010, quando José Serra disputou contra Dilma Rousseff a corrida presidencial daquele ano, período em que Sérgio Guerra presidia o partido.

Também em 2010, pelo menos seis das nove empreiteiras citadas na Lava Jato (Odebrecht, OAS, UTC, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa) financiaram a campanha de Aécio Neves, para o senado.

Além disso, segundo reportagem dos jornalistas Rubens Valente e Gabriel Mascarenhas, publicada em dezembro último na Folha de S. Paulo, a empreiteira Queiroz Galvão associa doações de campanha ao PSDB a contratos de obras públicas em São Paulo.

As informações foram confirmadas pelos repórteres junto à própria empreiteira, a partir de uma planilha apreendida na Operação Lava Jato. Nela, constam obras no estado de São Paulo e nomes de políticos que deveriam receber doações.

Numa obra de R$ 117,5 milhões, por exemplo, que foi a do VLT na Baixada Santista, o valor estimado da "doação de campanha" seria de R$ 1,16 milhão, que a empreiteira classifica como "ProfPart". Segundo a construtora, a expressão significa "Provisão Financeira para o PSDB".